

INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA: PERSPECTIVAS E PRÁTICAS EXTENSIONISTAS DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS NO PROBEX DA UFPB¹

Emails:
sadepinho@uol.com.br
marciatsaeger@yahoo.com.br
liviapac@hotmail.com
mandaazevedos@hotmail.com

Julio Afonso Sá de Pinho Neto, Marcia Maria de Medeiros Travassos Saeger, Maria Lívia Pacheco de Oliveira, Amanda Azevedo.

Resumo

A pesquisa teve como objetivo analisar, a partir dos pressupostos teóricos da Ciência da Informação, os projetos de extensão aprovados no edital PROBEX 2015 da Universidade Federal da Paraíba cujas ações foram direcionadas para a inclusão digital das comunidades. A pesquisa, classificada como documental e de campo, de abordagem qualitativa, teve como instrumentos de coleta de dados um questionário, aplicado junto aos públicos atendidos pelos projetos e aos alunos extensionistas, e ainda entrevistas semiestruturadas, realizadas com os coordenadores dos projetos e com o diretor de uma organização não-governamental que atuou como instituição parceira em um dos projetos. Observou-se que os projetos foram planejados a partir de uma perspectiva associativa entre inclusão digital e inclusão social, mas nem todas as atividades desenvolvidas foram norteadas por uma perspectiva voltada para a cidadania. Quanto às parcerias da UFPB com outras instituições, a pesquisa revelou a necessidade de que estas sejam melhor planejadas, com o intuito de fazer com que as ações extensionistas tenham um alcance ainda maior junto à sociedade.

Palavras-chave: Inclusão digital. Inclusão social. Extensão universitária.

Abstract

The research aimed to analyze, from the theoretical assumptions of Information Science, the extension projects approved in the PROBEX 2015 edict of the Federal University of Paraíba whose actions were directed towards the communities' digital inclusion. The research, classified as documentary and field, with a qualitative approach, had as instruments of data collection a questionnaire, applied to the public attended by the projects and the extensionist students, as well as semi-structured interviews, carried out with the project coordinators and the director of a non-governmental organization that acted as a partner institution in one of the projects. It was observed that the projects were planned from an associative perspective between digital inclusion and social inclusion, but not all the activities developed were guided focused on citizenship. Regarding the partnerships of the UFPB with other institutions, the research revealed the need for these to be better planned, with the aim of making the extensionist actions reach even greater the society.

Keywords: Digital inclusion. Social inclusion. University Extension.

¹ Projeto PIBIC aprovado no Processo Seletivo 2015/2016 PIBIC/CNPq/UFPB, PIBIC-AF/CNPq e PIVIC/UFPB.

A partir da constatação de que o exercício da cidadania exige acesso à informação e ao conhecimento, é inegável que a inclusão digital se torne um elemento essencial para promover a educação para a cidadania, revelando assim a responsabilidade social da informação. Diante desta concepção, a inclusão digital deve ser compreendida como um dos pilares necessários à inclusão social, pois ela possui o objetivo precípuo de fornecer condições e meios para que os cidadãos possam ter acesso à informação e, mais ainda, possuam as competências necessárias para analisar, interpretar e adequar esse capital de informações às suas necessidades básicas e concretas. Somente dessa forma tais esforços serão capazes de promover o desenvolvimento social das comunidades atingidas. O incluído digital, sob esta perspectiva, se torna um agente de transformação social.

Ora, os projetos de inclusão digital, ao possuírem a necessidade de serem direcionados às características singulares dos seus públicos-alvo, devem obrigatoriamente contemplar as especificidades e particularidades que dizem respeito ao contexto social daqueles que são atendidos em tais iniciativas, excluindo-se, então, um modelo único a ser seguido. Contudo, o que deve ser pautado como uma regra a ser seguida é o compromisso com a formação cidadã.

Neste cenário, constata-se uma grande diversidade de conceitos, ações e metodologias de análise, seja no aspecto relacionado à pesquisa, ou no que tange às práticas voltadas para a inclusão digital, o que é totalmente natural por ser esta uma temática transdisciplinar. Nesse aspecto, a Ciência da Informação (CI) tem muito a contribuir, posto que muitos autores da área têm se debruçado sobre essa questão, principalmente ressaltando que a disponibilização de grandes quantidades de informação, agora via plataformas digitais, não representa uma garantia para a geração do conhecimento.

Capurro e Hjørland (2007) comentam que as interações entre os sujeitos irão capacitá-los para intervir no processo de produção, organização e disseminação da informação, passando do *status* de meros consumidores para produtores e até mesmo gerenciadores desta. É por meio destas interações que a informação poderá ser transformada em conhecimento, na medida em que é debatida e compartilhada pelos sujeitos.

A CI, definida por Saracevic (1996, p. 47) como o “campo dedicado à prática profissional e às questões científicas voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação”, surge, então, como um campo que tem como um de seus objetivos primordiais o compartilhamento do conhecimento para aqueles que dele necessitam, assumindo o seu papel social, fomentando e expondo a necessidade de que sejam traçadas políticas capazes de viabilizar o acesso democrático à informação. A responsabilidade social e a gestão de políticas de informação passam a compor, assim, um novo núcleo de estudos voltado para as questões sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais solidária e justa no aspecto da distribuição, acesso e uso da informação.

Muitos autores da CI, como Barreto (1994), Saracevic (1996) e Capurro e Hjørland (2007), adotam uma concepção de que a informação é indispensável para promover o desenvolvimento social dos indivíduos, frisando que estes devem possuir um comportamento proativo no processo de comunicação das informações, a partir do respeito ao contexto social e cultural onde vivem, o que delineará claramente as suas necessidades específicas de informação. Além disto, é necessário que esse processo estimule e potencialize o acesso aos conteúdos informacionais de maneira colaborativa, tendo em vista a possibilidade de garantir um ambiente propício ao conhecimento, como bem explicita Barreto (1994, p. 1):

Aqui a informação é qualificada com um instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo. Deixa de ser uma medida de organização para ser a organização em si; é o conhecimento, que só se realiza se a informação é percebida e aceita como tal e coloca o indivíduo em um estágio melhor de convivência consigo mesmo e dentro do mundo em que sua história individual se desenrola.

A partir desses pressupostos, é necessário analisar os atuais esforços de inclusão digital, acreditando que estes devem não apenas garantir o acesso a uma quantidade crescente de conteúdos informacionais, mas trabalhar para que os indivíduos atendidos possam ser capazes de promover transformações e mudanças sociais, visando garantir a sua condição de cidadãos. A produção científica da CI no que diz respeito à inclusão digital permite ir na contramão das leituras que creem ser suficiente apenas a disponibilização do acesso digital ou do ensino da operacionalização de novos *gadgets* tecnológicos a pessoas de baixa renda, como pode ser observado a partir dos estudos de Aun (2001), Dudziak (2001), Freire (2004) e Martini (2005).

No que concerne às iniciativas públicas de inclusão digital, dentre as várias instituições que buscam implantar projetos desta natureza, ressalta-se a universidade, que, apoiada no pilar da extensão, procura alcançar a comunidade que vive em seu entorno, levando a todos as condições necessárias para o acesso à informação e produção de conhecimentos. Todavia, é necessário que a prática extensionista voltada para a inclusão digital seja conduzida pelos mesmos princípios norteadores das pesquisas acadêmicas desenvolvidas no âmbito das universidades, em que a inclusão digital e a inclusão social são indissociáveis, devendo, pois, tais projetos de extensão, possuir um caráter educativo, indo além da mera disponibilização de computadores e internet.

Diante do exposto, as diferentes iniciativas de inclusão digital, notadamente as desenvolvidas nas universidades públicas a partir de projetos de extensão voltados para esta finalidade específica geram o seguinte questionamento: quais os critérios norteadores para a criação, implementação e gestão dos projetos de inclusão digital desenvolvidos na extensão universitária? A partir desse questionamento desdobram-se outros em relação às forças e fragilidades dos mesmos, análise esta que será fundamental para avançar na produção de conhecimentos capazes de subsidiarem reflexões voltadas para a temática da inclusão digital, principalmente no sentido de entendê-la como um elemento indissociado da inclusão social.

Com o intuito de responder à problemática levantada, objetivou-se analisar, a partir dos pressupostos teóricos da Ciência da Informação, os projetos de extensão aprovados no edital PROBEX 2015 da Universidade Federal da Paraíba cujas ações foram direcionadas para a inclusão digital das comunidades. Como objetivos específicos, pretendeu-se: a) analisar os conceitos de inclusão digital e as metodologias que orientam tais projetos; b) conhecer as condições ambientais internas e externas de funcionamento de cada um dos projetos; c) analisar, sob uma perspectiva transdisciplinar, as ações de inclusão digital desenvolvidas nos três projetos de inclusão digital selecionados pelo PROBEX/UFPB; d) desenvolver estudos que auxiliem na elaboração de diretrizes voltadas para projetos de inclusão digital a partir da análise de experiências práticas nessa área, desenvolvidas no âmbito interno da UFPB.

Dada a problemática, pretendeu-se investigar três projetos de inclusão digital aprovados no ano de 2015 na seleção do Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Universidade Federal da Paraíba (PROBEX/UFPB), que foram desenvolvidos por docentes, discentes e membros externos à Universidade (parcerias externas).

O PROBEX constitui uma das estratégias da política de extensão da UFPB², objetivando a formação acadêmica e cidadã dos discentes. Para tanto, fomenta o desenvolvimento de ações pautadas nas necessidades da comunidade, visando supri-las por meio do trabalho conjunto entre membros da sociedade e comunidade acadêmica, sob uma perspectiva colaborativa.

Vale ressaltar que a presente pesquisa não tinha o escopo de classificar e qualificar os projetos em categorias visando avaliar o grau de eficiência ou eficácia, mas almejou, fundamentando-se em uma perspectiva transdisciplinar, identificar suas forças e fragilidades e a partir dessas, apontar causas e possíveis diretrizes para a otimização desses tipos de projetos, tendo como aporte o referencial teórico da CI.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa configurou-se como um estudo do tipo documental e de campo. Documental visto a necessidade de se analisar o objeto de pesquisa (os projetos de inclusão digital desenvolvidos no PROBEX/UFPB) em seu teor formal, abordando os documentos que o legitimam, bem como os materiais de ensino utilizados nos cursos e/ou oficinas (apostilas, livros, manuais etc.). Já a pesquisa de campo se fez necessária para que fosse possível acompanhar, na prática, o desenvolvimento e execução dos projetos em questão.

Trata-se, quanto à sua natureza, de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2007) está preocupada em estudar em profundidade o seu objeto previamente delimitado, fruto de um conjunto de experiências específicas. O *corpus* da pesquisa foi constituído por três projetos de inclusão digital aprovados no ano de 2015 no PROBEX/UFPB, conforme disposto no quadro a seguir:

² Mantido com recursos próprios da UFPB, o PROBEX é regulamentado pela Resolução nº 76/1997, que fixa normas para o Programa Institucional de Bolsas de Extensão da UFPB – PROBEX e pela Resolução nº 61/2014, que regulamenta as atividades de extensão da UFPB, ambas do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

Quadro 1 – Projetos de extensão pesquisados

Título do Projeto	Centro/Campus
Inserção social através da informática: uma abordagem envolvendo toda a comunidade	CCA/ Campus II
Inclusão digital de crianças e adolescentes em Pindobal	CCA/ Campus IV
Inclusão digital de agentes terceirizados do <i>campus</i> IV da UFPB	CCA/ Campus IV

Fonte: Elaboração própria (2016)

As ações propostas nos projetos de inclusão digital submetidos ao PROBEX foram desenvolvidas por docentes, discentes e membros externos à Universidade. Estes últimos estão ligados às parcerias externas e atuam como colaboradores na execução das atividades concernentes a determinados projetos. Vale salientar que apenas o projeto “Inclusão digital de agentes terceirizados do *campus* IV da UFPB” contou com a parceria da *Essor - Association de Solidarité Internationale*, instituição não-governamental francesa que atua no Brasil desde 1992, apoiando projetos que busquem o desenvolvimento social.

O universo da pesquisa foi constituído pelas três unidades de inclusão digital, sendo uma para cada um dos projetos investigados. Em cada projeto foi realizada, primeiramente, uma entrevista semiestruturada com o Coordenador e outra com os demais professores pesquisadores, acrescentando-se, aqui, mais uma entrevista com um representante da ONG Essor. Em seguida, houve outra rodada de entrevistas semiestruturadas, estas com os alunos bolsistas e/ou voluntários que atuaram como auxiliares dos professores na realização dos cursos, oficinas e/ou **palestras que fizeram parte das atividades dos projetos estudados. Já o público-alvo dos projetos de extensão foi investigado por meio da aplicação de um questionário semiestruturado, composto por questões fechadas e abertas.**

Por fim, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo para a análise dos dados obtidos com as entrevistas e questionários, a partir da proposta de Bardin (2011), em que a análise de conteúdo se traduz na elaboração de categorias, que podem ser construídas previamente à realização da pesquisa ou após a ida a campo. Esta técnica foi escolhida tendo em vista a necessidade de categorizar os pressupostos teóricos abordados, possibilitando assim uma análise mais aprofundada dos elementos presentes nos referidos projetos de inclusão digital.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para conhecer melhor sobre os projetos de extensão estudados, foi elaborada uma descrição de cada um deles, com base na análise documental das versões submetidas ao Edital PROBEX/2015. Foram apresentadas também informações sobre os perfis dos seus integrantes, além dos perfis do público-alvo de cada projeto.

Com base no material proveniente dos questionários e entrevistas foram criadas, *a posteriori*, cinco categorias para análise dos projetos, sendo elas: utilização de metodologias de ensino baseadas numa perspectiva cidadã, seleção e treinamento dos integrantes, infraestrutura e tecnologias utilizadas, planejamento pedagógico e formas de avaliação.

3.1 Descrição dos Projetos

3.1.1 Projeto: *Inserção social através da informática: uma abordagem envolvendo toda a comunidade*

Este projeto teve como objetivo disseminar as novas tecnologias de comunicação na comunidade do entorno da UFPB com vistas à inclusão digital, utilizando a informática para resolver problemas e também para possuir um diferencial capaz de proporcionar o acesso ao mercado de trabalho. Foi implantado como atividade de extensão na UFPB há 10 anos, sendo executado no *campus* II da UFPB, na cidade de Areia (PB), por um total de três integrantes, sendo dois docentes – coordenadora do projeto e docente colaborador – e um bolsista. Seu desenvolvimento no ano de 2015 se deu por meio da realização de um curso de informática básica, totalmente gratuito, por um período de 6 meses, com carga horária total de 80 horas/aula, sendo 4 horas/aula uma vez por semana. Foram emitidos certificados aos concluintes do curso.

O objetivo do curso, segundo a coordenadora do projeto, foi alcançar o maior número de pessoas em situação de risco e excluídos socialmente, dando a estes as condições necessárias para utilizar as tecnologias, viabilizando, assim, o exercício da cidadania. As principais ações desenvolvidas foram aulas de informática básica, com conteúdos voltados para a produção de cartões de visitas, cartazes, mala-direta, currículos, recibos, declarações, ofícios, memorandos. As

ações variaram de acordo com as necessidades dos indivíduos atendidos, com a preocupação de realizar adaptações para atender às suas especificidades.

3.1.2 Projeto: Inclusão digital de crianças e adolescentes em Pondobal

Esta proposta de extensão teve como objetivo dar continuidade ao Projeto de Inclusão Educacional e Social, iniciado em 2012, com crianças e adolescentes que vivem no Centro de Educação Produtiva (CEP), localizado na Fazenda Pindobal, no município de Mamanguape/PB. A ação de extensão tem como integrantes uma docente, que também é coordenadora do projeto e dois discentes bolsistas, todos pertencentes ao *campus IV* da UFPB, Litoral Norte, cujas unidades estão nos municípios de Mamanguape e Rio Tinto.

O projeto consiste em oficinas que tiveram a duração de 6 meses, atendendo a crianças e adolescentes com idade entre 9 e 17 anos. As oficinas foram realizadas duas vezes por semana, tendo como principais atividades digitação e edição de textos, exercícios práticos voltados para digitação e correção, pacote do Office, além da exibição de vídeos e filmes, leituras de textos, jogos educativos e dinâmicas. O projeto não inclui a entrega de certificados ao término do curso.

3.1.3 Projeto: Inclusão digital a agentes terceirizados do campus IV da UFPB

Este projeto teve sua primeira edição no ano de 2015, sendo realizado junto aos agentes terceirizados que prestam serviços à UFPB na unidade de Mamanguape. O objetivo do projeto foi contribuir para o desenvolvimento social e profissional destes agentes, visando a inclusão digital deste público. O projeto contou com seis discentes extensionistas, sendo um bolsista e cinco voluntários, além de três docentes, sendo uma coordenadora e dois professores colaboradores. O projeto contou também com a parceria da Essor, ONG que tinha o interesse de atuar como replicadora desta proposta nos projetos sociais que mantém no estado da Paraíba.

Foi ofertado um curso de informática básica com carga horária total de 40 horas, com entrega de certificados ao final do curso para os participantes que cumpriram a carga mínima requerida. Foram trabalhados no curso conteúdos referentes a noções de computação, com ênfase na utilização de *softwares* de edição, além de recursos da internet (correio eletrônico, programas de busca, mídias digitais etc.). Além do computador, o curso contemplou também acesso à internet por meio de *smartphones*, a pedido dos próprios participantes.

3.2 Perfil dos participantes da pesquisa

3.2.1 Integrantes dos projetos

Os projetos estudados foram integrados por seis docentes, sendo três coordenadores – um de cada projeto – e três colaboradores. O projeto *Inserção social através da informática: uma abordagem envolvendo toda a comunidade* contou com o apoio de um docente colaborador e o projeto *Inclusão digital de agentes terceirizados do campus IV da UFPB* teve dois docentes colaboradores. Quanto à formação destes docentes, dentre coordenadores e colaboradores, todos são pós-graduados, com a titulação mínima de Mestre, sendo identificadas as áreas de formação em Ciência da Computação, Geografia, Administração, Comunicação e Economia. Já os nove discentes que atuam nestes projetos, incluindo-se os bolsistas (4) e os voluntários (5), são alunos dos cursos de Ciências Agrárias (1), Ciência da Computação (2), Sistemas de Informação (1) e Ciências Contábeis (5). Percebeu-se que os docentes e discentes que têm trabalhado com a inclusão digital no âmbito da extensão universitária na UFPB são oriundos de áreas diversificadas, o que caracteriza a interdisciplinaridade que marca a inclusão digital.

Todos os docentes que integraram os projetos atuam na extensão universitária há pelo menos 4 anos. Além disso, em cada um dos projetos, pelo menos um dos discentes já possui experiência com a prática da extensão universitária em anos anteriores, fator considerado relevante para a execução das ações propostas.

3.2.2 Público-alvo dos projetos

a) Projeto: *Inserção social através da informática: uma abordagem envolvendo toda a comunidade*

O projeto teve como público-alvo a população da região, contemplando assim adolescentes, jovens e pessoas da terceira idade. O projeto também inscreveu portadores de necessidades especiais, buscando as adaptações possíveis para este público, o que representou um importante diferencial. Foram formadas várias turmas ao longo do ano, sendo a última composta por 13 participantes inscritos e que concluíram as atividades previstas, recebendo o certificado, ao final do curso. Por ocasião da pesquisa, estes 13 participantes responderam ao questionário.

O público apresentou um perfil por demais diferenciado, abrangendo uma quantidade expressiva de jovens com menos de dezoito anos e outra parcela significativa de alunos formada por adultos com mais de 35 anos. Faz sentido, assim, realizar adaptações do conteúdo por grupos, uma vez que o projeto conta um perfil de público multifacetado. Também a presença de pessoas com necessidades especiais é um forte indicativo da necessidade de poder contar com conteúdos diferenciados e alinhados com esses diferentes perfis de públicos.

A predominância quanto à escolaridade foi de ensino médio (7), verificando-se a menor frequência para ensino superior completo (2). Quanto à ocupação, a predominância entre os participantes foi de estudantes e trabalhadores sem carteira assinada. Quanto à experiência com o uso de computadores e acesso à internet, dos 13 participantes, apenas quatro não possuem computador em casa e três não sabiam utilizar o computador antes de se inscrever do projeto. Dentre os respondentes, quatro afirmaram não possuir acesso à internet em casa, indicando a escola (1), *lan houses* (1) e casa de familiares (2) como locais de acesso.

Tais informações evidenciaram que a maior parte dos inscritos no projeto já possui computadores e acesso à internet, mas ainda assim, optaram por participar do curso, adquirindo os conhecimentos necessários para fazer uso destas tecnologias. Isto reforça a visão de que a inclusão digital vai além do acesso às tecnologias, sendo necessário o desenvolvimento das competências para o verdadeiro exercício da cidadania.

b) Projeto: *Inclusão digital de crianças e adolescentes em Pindobal*

Conforme exposto, o público-alvo deste projeto são crianças e adolescentes internos no CEP. Não há um número determinado de participantes, uma vez que a presença destas crianças e adolescentes no curso está condicionada ao período em que estão no CEP, existindo casos de participantes que num curto espaço de tempo são logo transferidos para outras instituições. Impera uma grande rotatividade de público, inviabilizando a continuidade do aprendizado, o que dificulta o planejamento pedagógico, o acompanhamento das tarefas e a execução da avaliação das atividades ali exercidas.

No período em que a pesquisa foi realizada, haviam três participantes do projeto nas aulas, sendo todos eles do sexo masculino, com faixa etária compreendida entre 12 e 15 anos. Todos frequentavam a escola e cursavam o ensino fundamental. Nenhum dos três participantes possuía computador e acesso à internet na Instituição, contudo apenas um deles não sabia utilizar o computador antes do curso. Os locais apontados para acesso à internet foram a escola (localizada próximo ao CEP), Telecentros e locais de acesso público. É importante frisar que o conhecimento da prática de navegação da internet deve-se, em grande parte, ao acesso à rede por intermédio de *lan houses* e *smartphones*. Vale lembrar, ainda, que a falta do acesso à internet no CEP é algo preocupante, pois é impossível abordar determinados conteúdos em cursos ou oficinas de inclusão digital sem o recurso da navegação nas redes digitais.

c) Projeto: *Inclusão digital de agentes terceirizados do campus IV da UFPB*

Este projeto teve como público-alvo os agentes terceirizados que prestam serviços à UFPB, exercendo as funções de agente de serviços gerais, agente de segurança e agente de portaria, todos eles lotados na unidade de Mamanguape (*Campus IV/UFPB*). O projeto contou inicialmente com 15 participantes inscritos, contudo, apenas 9 deles cumpriram a carga horária mínima exigida (75%) para o recebimento dos certificados. Uma limitação apontada no projeto foi a não liberação dos agentes por parte das empresas responsáveis pelos seus contratos de trabalho, o que constituiu um obstáculo à participação de alguns deles no curso. Seis participantes responderam ao questionário da pesquisa, sendo a maior parte deles do sexo masculino, com faixa etária acima dos 26 anos e com escolaridade predominante o nível médio completo. Apenas um dos participantes assinalou, à época da pesquisa, nível superior em curso.

Todos os respondentes trabalham com carteira assinada. Quanto ao uso de computadores e acesso à internet, apenas um deles possui computador em casa e já sabia utilizá-lo antes de participar do projeto. Estas informações demonstraram a necessidade de que fossem trabalhados conteúdos que contemplassem noções sobre computadores, com

recursos básicos para a sua utilização, além dos demais conteúdos que foram planejados para o curso. Quanto ao acesso à internet, alguns respondentes apontaram mais de um local de acesso, estando entre eles: escola (2), *lan houses* (1), casa de amigos (1) e trabalho (4).

3.3 *Categorias para a análise dos projetos*

3.3.1 *Utilização de metodologias de ensino baseadas numa perspectiva cidadã*

Foi possível identificar nos três projetos estudados a relação entre inclusão digital e inclusão social, uma vez que todos os entrevistados apontaram esta relação e buscaram refleti-la nas ações desenvolvidas nos projetos. Desta forma, segundo os coordenadores, as metodologias de ensino utilizadas em cada projeto buscaram atender às necessidades do público-alvo, trabalhando conteúdos que os permitissem, a partir do uso da tecnologia, acessar e produzir informações que propiciassem o seu desenvolvimento pessoal e/ou profissional.

No caso dos projetos de extensão do *campus* II e do *campus* IV (agentes terceirizados), foram incluídos nos cursos conteúdos que contemplassem aspectos voltados para o campo profissional, como produção de currículos, cartas de apresentação e demissão, busca na internet por vagas de emprego e cursos de qualificação profissional. Além disso, foram trabalhadas também as fontes de busca de informações na internet voltadas para a utilização de serviços públicos e resolução de problemas a partir de tutoriais e/ou vídeos. Tais ações permitiram aos participantes fazer uso de computadores, *smartphones* e internet de modo a integrá-los em seu cotidiano de forma prática, indo além do acesso limitado apenas ao entretenimento.

Quanto ao projeto desenvolvido com as crianças e adolescentes internas no CEP, em função da impossibilidade de acesso à internet na instituição, o que constituiu uma limitação do projeto, a metodologia de ensino foi voltada para aspectos educacionais e de integração entre os participantes. Durante as aulas, foram utilizados recursos como vídeos e *softwares* educativos.

3.3.2 *Seleção e treinamento dos integrantes*

A seleção dos discentes extensionistas para todos os projetos seguiu os prazos indicados no Edital do PROBEX 2015, tendo em vista o cumprimento da carga horária e recebimento da bolsa, sendo as etapas que compõem o processo seletivo de responsabilidade de cada coordenador. Todos os projetos tiveram processos seletivos para alunos bolsistas e voluntários.

Quanto ao treinamento dos integrantes dos projetos, voltado para os cursos de informática que seriam oferecidos, apenas o projeto do *campus* IV desenvolvido junto às crianças e adolescentes do Pindobal não contou com um período de treinamento/preparação para as aulas do curso. Apesar da ocorrência de reuniões para o planejamento das aulas, as alunas extensionistas, que foram responsáveis por ministrar as aulas, apontaram a necessidade de um treinamento para lidar com o público-alvo do projeto, levando em consideração também as especificidades e o perfil desses adolescentes atendidos. Já os outros dois projetos estudados contaram com um período para treinamento dos alunos bolsistas, além da possibilidade de promover ajustes no conteúdo ao longo dos cursos. Os treinamentos envolveram discussões sobre a temática da inclusão digital e sobre os conteúdos que seriam ministrados. Ressalte-se que nestes dois projetos os cursos foram ministrados pelos docentes coordenadores e os extensionistas atuaram como tutores, auxiliando os participantes durante as aulas.

Vale destacar que o projeto *Inclusão digital de agentes terceirizados do campus IV da UFPB* contou também com a realização de uma palestra sobre experiências de inclusão digital ocorridas no Brasil e na Espanha, ministrada por um dos docentes colaboradores, de modo a retratar a realidade de implantação de projetos da mesma natureza em outros contextos.

3.3.3 *Infraestrutura e tecnologias utilizadas*

Quanto à infraestrutura para a execução dos projetos, todos eles foram realizados utilizando as instalações físicas – laboratórios de informática e computadores – das próprias instituições nas quais foram implantados.

Assim, no projeto *Inserção social através da informática: uma abordagem envolvendo toda a comunidade*, os cursos de informática foram ministrados no laboratório de informática do *campus II (LACÁCIA)*, utilizando-se os computadores e a internet disponíveis no local. Todas as aulas com editores de texto e de imagem foram ministradas com base no Windows, que é o sistema operacional instalado nos computadores. Segundo a professora coordenadora, o local e os equipamentos são satisfatórios, atendendo às necessidades do projeto.

No projeto *Inclusão digital de crianças e adolescentes em Pindobal*, as aulas ocorreram no laboratório do CEP, que conta com apenas 7 computadores, porém, nem todos estavam funcionando no momento da realização desta pesquisa. O laboratório não dispõe de acesso à internet, contando, além dos computadores (com o sistema operacional Windows), com equipamentos como *datashow* e DVD para uso durante as aulas. Alguns *softwares* educativos, também foram utilizados como recursos adicionais. Tais equipamentos, contudo, segundo a equipe do projeto, não são satisfatórios, principalmente no que diz respeito à manutenção, representando uma limitação ao pleno funcionamento das atividades previstas.

Já no projeto *Inclusão digital de agentes terceirizados do campus IV da UFPB*, as aulas foram ministradas no laboratório de informática da unidade de Mamanguape. O laboratório conta com 30 computadores com acesso à internet, todos com Windows instalado, contudo, à época desta pesquisa, pouco mais da metade estava funcionando plenamente. Outra limitação apontada foi frequente oscilação da rede de internet do *campus*, prejudicando assim o andamento de algumas das aulas que necessitavam do acesso à internet. Neste projeto foi utilizado também o *smartphone* com sistema Android, a pedido dos próprios participantes, uma vez que a maior parte deles acessa a internet por meio dos celulares.

3.3.4 Planejamento pedagógico

Considerando a importância do planejamento para o cumprimento dos objetivos propostos em um projeto, foi de grande relevância para esta pesquisa observar como se deu o processo de planejamento pedagógico nestes projetos.

No projeto *Inserção social através da informática: uma abordagem envolvendo toda a comunidade*, o planejamento pedagógico envolveu a coordenadora do projeto e a extensionista. Foram planejadas as atividades que seriam desenvolvidas nos cursos, antes de sua execução, e ao longo destes, novas reuniões foram realizadas a fim de verificar as possíveis necessidades de ajustes. Nesta etapa foi discutida também a questão da elaboração do material didático oferecido no curso. Como este projeto atendeu a diversos públicos do entorno do *campus II*, foram necessárias parcerias externas para captação de público, sendo definidas as formas de atuação destas parcerias – agentes de prefeituras e da própria universidade – a fim de que pudessem identificar os perfis dos participantes e suas necessidades.

O planejamento pedagógico do projeto *Inclusão digital de crianças e adolescentes em Pindobal* ocorreu sistematicamente ao longo do projeto, com reuniões periódicas realizadas entre a coordenadora e as alunas extensionistas. A partir dos resultados apresentados ao término das aulas, os próximos conteúdos e metodologias de ensino iam sendo planejados. Tal flexibilidade foi necessária também em virtude da inconstância na presença dos participantes, o que, de acordo com o funcionamento do próprio CEP – transferência para outras instituições ou liberação de adolescentes ao longo do curso – dificultava o comparecimento regular e continuado de um mesmo grupo de adolescentes.

Quanto ao projeto *Inclusão digital de agentes terceirizados do campus IV da UFPB*, o planejamento pedagógico ocorreu a partir dos resultados de uma pesquisa prévia realizada com os participantes. A pesquisa consistiu na aplicação de um questionário objetivo, adaptado de Bolzan *et al.* (2013), buscando identificar o grau de conhecimento sobre os aspectos voltados para o uso do computador e do acesso à internet. Estes resultados permitiram identificar antecipadamente as principais dificuldades e carências dos participantes, o que foi fundamental para nortear todo o planejamento pedagógico do curso. Assim como nos outros projetos, após o início das aulas, as novas necessidades apresentadas pelos participantes serviram também como referência para possíveis adequações necessárias nos conteúdos ministrados.

3.3.5 Formas de avaliação dos projetos

Quanto à avaliação dos bolsistas e voluntários, verificou-se que em todos os projetos esta avaliação foi feita de forma periódica, sobretudo a dos bolsistas, mediante a necessidade da apresentação do relatório de frequência às Assessorias de Extensão em cada *campus*, pelos coordenadores dos projetos, a fim de que as bolsas mensais fossem pagas.

Os projetos *Inserção social através da informática: uma abordagem envolvendo toda a comunidade e Inclusão digital de crianças e adolescentes em Pindobal* contaram apenas com alunos bolsistas, sendo a avaliação destes realizada segundo a periodicidade definida pelo PROBEX. Já o projeto *Inclusão digital de agentes terceirizados do campus IV da UFPB*, que contou com um bolsista e cinco alunos voluntários, teve formas de avaliação diferenciadas. A avaliação do bolsista seguiu os padrões determinados pelo Edital PROBEX, com o envio de relatórios mensais. Já os extensionistas voluntários foram avaliados a partir do desempenho apresentado, mensalmente, em comparação às metas estabelecidas no início do projeto.

Quanto às formas de avaliação dos participantes dos cursos, cada projeto apresentou uma sistemática própria de avaliação e acompanhamento. No projeto *Inserção social através da informática: uma abordagem envolvendo toda a comunidade*, os participantes foram avaliados a cada módulo, ficando a cargo da bolsista aplicar um exercício de revisão elaborado a partir do conteúdo trabalhado em sala de aula. A avaliação dos participantes do projeto *Inclusão digital de crianças e adolescentes em Pindobal* ocorreu de maneira contínua, a partir da realização de exercícios práticos e correção de textos digitados pelos próprios participantes. Já no projeto *Inclusão digital de agentes terceirizados do campus IV da UFPB*, a avaliação dos participantes foi realizada ao longo das aulas, a partir dos conteúdos trabalhados. Foi aplicado, no final do curso, um exercício que contemplou os principais conteúdos abordados, acompanhado de uma pesquisa de opinião, que teve a finalidade de comparar o grau de conhecimento dos alunos antes e depois do término do curso.

3.4 Parcerias com outras instituições

Conforme exposto, o projeto *Inclusão digital de agentes terceirizados do campus IV da UFPB* contou com a parceria da Essor, objetivando estender a proposta a outras comunidades que são atendidas por projetos desta ONG e que a UFPB não alcança. A instituição já estabeleceu parcerias em outros projetos realizados no *campus IV*, razão que facilitou o contato entre as equipes. A entrevista com o gestor da Essor permitiu compreender como esta parceria ocorreu e as possíveis contribuições e benefícios, daí decorrentes, para ambas as partes.

Para o diretor da instituição, a inclusão digital é um conceito diretamente associado à inclusão social, sendo necessário utilizar a tecnologia para a promoção do desenvolvimento do cidadão. Contudo, no que concerne especificamente às ações de inclusão digital, não existe na Essor um mapeamento das necessidades de inclusão digital nas comunidades onde a instituição está presente. Vale ressaltar, ainda, que as ações de inclusão digital desenvolvidas na Essor ocorrem sempre em parceria com outros projetos e/ou instituições.

Quanto à parceria com o projeto de extensão da UFPB, o entrevistado afirmou que a Essor ainda não desenvolveu um projeto apenas voltado para a inclusão digital de um público específico, mas que tem buscado incorporar as ações desenvolvidas na extensão da UFPB em projetos já existentes e desenvolvidos pela instituição, de modo a incrementá-los a partir de um olhar voltado também para a inclusão digital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos de inclusão digital não possuem um modelo padrão para o seu desenvolvimento, mas devem ser executados de modo a viabilizar o exercício da cidadania, capacitando os sujeitos para atuarem enquanto agentes de transformação social. Esta visão é consensual entre os autores da Ciência da Informação que versam sobre a temática da inclusão digital, estabelecendo uma clara relação entre inclusão digital e inclusão social.

Desta forma, objetivando analisar os projetos de extensão aprovados na seleção PROBEX 2015 da UFPB que tratam do tema da inclusão digital, foram estudados três projetos de extensão, desenvolvidos junto a diferentes públicos.

Constatou-se que a concepção de inclusão digital que orientou a formulação de todos estes três projetos está voltada também para a inclusão social dos participantes, onde se prevê a utilização de metodologias de ensino que busquem conscientizar o público-alvo sobre a importância do acesso à informação por meio das tecnologias e consequente uso desta informação para suprir as suas necessidades pessoais, educacionais e/ou profissionais.

Contudo, o que se percebeu em alguns desses projetos, foi que esses esforços que deveriam aliar a experiência de inclusão digital à educação para a cidadania não chegaram a verdadeiramente ocorrer na prática. Em uma dessas experiências, inclusive, havia a ausência de qualquer atividade prática que fosse capaz de educar e preparar verdadeiramente os alunos para o exercício da cidadania. Isso ocorreu também devido à ausência de um planejamento consistente e eficaz, fazendo com que as atividades fossem executadas desprovidas de quaisquer metas ou objetivos. Consequentemente, não havia também a utilização de nenhum instrumento de avaliação capaz de auferir as forças e fragilidades dessas atividades no que diz respeito à orientação em busca da tão almejada educação cidadã.

Por outro lado, a infraestrutura necessária à plena execução dos projetos também não se mostrou satisfatória em nenhum deles, o que representou uma limitação à obtenção de parte dos resultados pretendidos. Este aspecto está relacionado a diferentes itens, tais como a manutenção precária dos equipamentos utilizados, a falta de salas ou ambientes adequados, a ausência de conexão com a internet e até mesmo variações na corrente elétrica dos prédios onde as aulas eram ministradas. Vale ressaltar que pelo menos um destes problemas foi detectado em cada um dos projetos estudados e em alguns chegou-se a perceber a existência não de uma, mas de um conjunto dessas deficiências.

Deve ser ressaltado, ainda, que a execução dos projetos foi prejudicada pelo curto espaço de tempo disponível para a realização das atividades traçadas, uma vez que a ação de extensão do PROBEX tem duração de apenas oito meses para o desenvolvimento e execução de todas as ações previstas nos projetos. Neste sentido, considerando o tempo disponível para a execução dos projetos estabelecido pelo próprio edital PROBEX, é reconhecido que as ações investigadas tratam de *iniciativas* de inclusão digital, sendo de extrema importância que os próprios participantes, a partir do desenvolvimento de uma consciência cidadã, possam dar continuidade às práticas iniciadas nos cursos oferecidos, buscando assim galgar mais espaço junto à sociedade da informação. Entretanto, tal postura proativa, apesar de ser essencial, não representou uma preocupação específica em nenhuma das três experiências estudadas.

Vale frisar, por fim, que as parcerias mantidas pela UFPB com outras instituições não preveem a continuidade dessas experiências, pois tais parcerias poderiam se constituir em um meio de prosseguir com o processo de inclusão digital nas comunidades atendidas, fazendo com que os públicos beneficiários dos projetos não permanecessem dependentes das iniciativas desencadeadas apenas pela extensão universitária. Ora, o fortalecimento destas parcerias, sob esta nova leitura, seria capaz de permitir que o trabalho desenvolvido a partir de iniciativas extensionistas da universidade fosse capaz de obter um maior alcance junto à sociedade, atingindo com maior plenitude os objetivos previstos na política de extensão.

REFERÊNCIAS

AUN, M. P. **Antigas nações, novas redes**: as transformações do processo de construção de políticas de informação. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBICT/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 8, n. 4, 1994.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, set./dez. 2007.

DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FREIRE, I. M. O desafio da inclusão digital. **Transinformação**, v. 16, p. 189-194, 2004.

MARTINI, R. S. Inclusão digital & inclusão social. **Revista IBICT**, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1501/1685>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

MINAYO, M. C. S. et al. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.